

RESUMOS DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO
MESTRADO EM ECONOMIA, COM ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO EM ECONOMIA RURAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) CAMPUS II
CAMPINA GRANDE-PB

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA AGRICULTURA:
AVALIAÇÃO CRÍTICA DO P.R.R.A-RN. 1991. 165 P.

Autor: *José de Anchieta Ferreira Lopes*

Orientador: Paulo Nakatani

Discute-se a intervenção do Estado na agricultura, tendo como objeto de estudo o plano regional de reforma agrária do Rio Grande do Norte-P.R.R.A.-RN, e situando a questão agrária no contexto das transferências do desenvolvimento do capitalismo, e interpretando-a como medida que ajusta a estrutura agrária às novas exigências da produção agropecuária. No primeiro capítulo resgata-se o debate, discutindo-se a visão marxista em Marx, Kautsky, Engels e Lenin; faz-se a abordagem chayanovista em seguida, e, por fim, apresentam-se as análises mais recentes, sob o advento do complexo agroindustrial. No segundo capítulo, caracteriza-se a reforma agrária, resgata-se a polêmica em torno da viabilidade de uma reestruturação agrária para o Brasil e, no bojo dessa discussão, situa-se o PNRA. O P.R.R.A.-RN e a estrutura fundiária do Rio Grande do Norte são discutidos/analísados, respectivamente, no terceiro e quarto capítulos. No quinto capítulo faz-se uma análise crítica da metodologia de elaboração dos projetos de assentamento e dos resultados operacionais alcançados no final do período da execução do PRRA/RN, em 1989, pelos trabalhadores beneficiários da reforma agrária. A investigação permite captar, em maior profundidade, o real papel do Estado numa reforma agrária. Nesses termos, o PRRA/RN na sua formulação, e sobretudo nos resultados de sua execução, omite a existência dessa ruptura.

CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO

CAMPONESA NA MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA:

O CASO DA MICRORREGIÃO COLONIAL DE IRATI-PR, 1992. 155 p.

Autor: *Moacyr Doretto*

Orientador: Rene Louis de Carvalho

O trabalho foi efetuado no Estado do Paraná, mais especificamente na microrregião homogênea (276) colonial de Irati, em virtude de que já estavam em andamento estudos de tipologia de produtores realizados no Instituto Agronômico do Paraná-IAPAR, órgão responsável pela pesquisa agrícola estadual. O objetivo foi o de explicitar os fatores (processos) que contribuíram na dinâmica da diferenciação partindo de uma situação camponesa, fazendo-se também a conformação histórica das categorias de produtores. A análise parte da constatação de que, na microrregião, antes mesmo da expansão das relações capitalistas, na década de 70, não existia homogeneidade entre os agricultores. Estes se diferenciavam pela quantidade e qualidade dos recursos naturais sob sua propriedade e pela composição da força de trabalho familiar. Estas diferenças, entretanto, não se materializavam de forma expressiva no plano da produção, das técnicas utilizadas e do nível de vida. Na medida em que não existiam oportunidades mercantis seguras para a expansão da produção, os que possuíam maior quantidade de terra limitavam-se a cultivar o que correspondia a potencialidade de trabalho família. O uso coletivo das terras do criadouro expressava essa situação e afirmava os limites da diferenciação dos produtores.

CRISE E COLAPSO:
A POLÊMICA SOBRE O FUTURO DO CAPITALISMO. 1992. 158 P.

Autor: *José Álvaro de Lima Cardoso*

Orientador: Reinaldo Antônio Carcanholo

Buscamos no presente estudo fazer uma revisão bibliográfica a respeito da polêmica teórica sobre o problema das crises econômicas capitalistas e, a partir daí, avançar na compreensão deste complexo fenômeno sócio-econômico. Inicialmente empreendemos um levantamento das principais contribuições sobre crise e colapso geradas no interior da II internacional comunista, procurando extrair do debate ali realizado as questões fundamentais que o motivaram. Posteriormente, com base nos escritos de Marx e de seus seguidores, procuramos elaborar um esquema de análise que, através de uma ótica multicasual, interrelaciona-se de forma coerente os elementos centrais do problema das crises. Num terceiro momento, buscamos organizar o cerne das recentes contribuições sobre crise mais especificamente as teorias da regulação e as do "Profit Squeeze", analisando e criticando seus principais conceitos e hipóteses.

OS NÚCLEOS RURAIS DO DISTRITO FEDERAL. 1992. 159 p.

Autor: *Manoel Rebelo Júnior*Orientador: *Jurandir Antônio Xavier*

Os núcleos rurais nasceram com a cidade de Brasília, representando a primeira manifestação de se organizar uma agricultura de abastecimento na região. Apesar disto, até agora foram mal estudados, fazendo com que sejam vistos, desde a sua criação, como áreas de produção não-capitalistas. Esta dissertação procura assim, mostrar que tanto na fase de criação como nas fases seguintes, a estrutura global de produção sempre foi capitalista. Reflexo do planejamento idealizado pelo Estado capitalista desenvolvimentalista. O ciclo histórico oscila assim entre a euforia da criação e a crise subsequente, resultado da desordem político-administrativa do país; oscila entre a saída e a entrada em nova fase histórica onde a política de abastecimento é colocada em segundo plano, em prol de novas políticas agrícolas voltadas para o mercado externo. Os núcleos rurais também passam a segundo plano, acabando por fim a se adaptarem as novas políticas agrícolas, fazendo assim com que hoje predominem em seus lotes a especulação com os direitos de arrendamento, ou então a cultura da soja. Como locais de produção, os núcleos rurais não passam de lugares onde é posta em prática a lógica da acumulação capitalista, cujo resultado é por um lado, o enriquecimento privado e por outro, a miséria social.

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ATRASO DA AGRICULTURA PIAUIENSE:
A PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. 1992. 406 p.

Autor: *Jaira Maria Alcobaca Gomes*

Orientador: Robério Ferreira dos Santos

O objetivo geral dessa investigação é estudar a produção e reprodução do atraso da agricultura piauiense e a pequena produção agrícola, até a década de 1980, verificando-se qual a participação dessa organização produtiva na prática agrícola arcaica, no contexto da tendência geral do desenvolvimento capitalista, e como esse processo ocorreu, especificamente na agricultura brasileira, de forma que seu espaço agrícola apresente uma agricultura moderna e uma agricultura atrasada, esta subordinada indiretamente ao capital. Para tanto, analisaram-se os elementos formadores da agricultura econômica piauiense (pecuária e extrativismo) como determinadores de uma agricultura apoiada na pequena produção no interior ou no exterior da grande propriedade, permitindo a produção de uma agricultura atrasada até a década de 1950. A partir de então, essa estrutura da pequena unidade produtiva na agricultura. Multiplica-se, consolidando essa atividade de caráter rudimentar como meio de sobrevivência do pequeno agricultor. Já o grande proprietário utiliza a pequena produção como meio de valorização da terra, apropriando-se da renda fundiária, do lucro comercial e da força de trabalho, acessoria do pequeno agricultor. Finalmente demonstra-se que a pequena unidade produtiva continua assumindo a natureza de pequena exploração, no pós-1970, marco da modernização agrícola brasileira reproduzindo os caracteres arcaicos na agricultura piauiense.

BEIRADEIROS DO RIO SÃO FRANCISCO - O ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE REPRODUÇÃO NA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR NUM ESPAÇO SÓCIO-ECONÔMICO RECONSTRUÍDO PELA INTERVENÇÃO ESTATAL. 1992. 89 p.

Autor: *Telma Landin Santos*

Orientador: Claudet Coelho Guedes

O objeto desta pesquisa é o estudo das especificidades de vida, produção e reprodução do beiradeiro do Rio São Francisco, em duas comunidades do Município de Xique-Xique no Estado da Bahia, frente à ação do estado de destruição, reestruturação e desestruturação das condições de produção, na forma como implanta as políticas de desenvolvimento. A pesquisa demonstra que nesse processo de mudanças ocorridas, o beiradeiro busca estratégias de sobrevivência como pescador, agricultor e trabalhador assalariado para não ser subjugado completamente pelo capital e conservar a sua autonomia relativa enquanto produtor direto, definindo-se em sua categoria social, onde a integração dessas atividades é que lhes assegura a reposição dos meios de produção e da força de trabalho.

UM PROJETO ALTERNATIVO PARA A PEQUENA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NO AGRESTE PARAIBANO - UMA ANÁLISE EX-ANTE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS SOCIAIS. 1992. 201 p.

Autor: *Ivaldo Mário Cavalcanti Brandão*

Orientador: *Robério Ferreira dos Santos*

A finalidade maior deste trabalho é efetuar uma análise econômico-social ex-ante do pac-projeto de ação concentrada, sub-projeto do algodão: região agreste, verificando sua viabilidade e os efeitos que ele promoverá na atividade algodoeira da área. Objetiva também, mensurar o incremento de renda que ele proporcionará aos pequenos produtores seus beneficiários e ao Governo, em seus múltiplos níveis. O problema estudado é visualizado na ótica do enfoque de complexo agroindustrial-CAI, como forma de melhor perceber as articulações que a agricultura mantém com o setor industrial. Analisa-se também, o PAC em seus aspectos tecnológicos e suas repercussões na área de abrangência do projeto. Apesar de haver uma boa receptividade por parte dos candidatos a beneficiários, constatou-se uma grande preocupação com o custo do dinheiro disponível para o seu financiamento, cuja correção monetária plena é incompatível com a capacidade de pagamento que os pequenos cotonicultores defendem. Por último, constata-se que mais uma vez o Governo escamoteia o problema da questão fundiária que há séculos, angustia os produtores rurais sem terra que vem na proposta apresentada, mais uma solução paliativa.

EXTRATIVISMO E CAPITALISMO: A MANUTENÇÃO,
FUNCIONAMENTO E REPRODUÇÃO DA ECONOMIA EXTRATIVISTA
DO SUL DO AMAPÁ. 1992. 246 P.

Autor: *Antônio Sérgio Monteiro Filocreto*

Orientador: Fernando Garcia de Oliveira

As grandes transformações sócio-econômicas ocorridas nas últimas décadas na Amazônia, resultantes da entrada do grande capital na região, apesar de ofuscarem o extrativismo vegetal autossustentável na dinâmica regional, não levaram ao seu completo desaparecimento, apesar do tratamento marginal, dispensado a este tipo de atividade, no modelo de desenvolvimento implantado na região. Se percebe inclusive, na metade da década de 80, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e índios, se organizando politicamente para frear o processo de destruição da floresta, que o modelo de desenvolvimento impunha para a região. Tornando assim, a revalorização do extrativismo vegetal, como uma bandeira de luta, que alia os povos na floresta aos movimentos ambientalistas mundiais, levando a criação de reservas extrativistas, como uma proposta de desenvolvimento para as regiões de tradição extrativista. A persistência do extrativismo vegetal. Mesmo concorrendo com os grandes projetos agroflorestais e minerais altamente subsidiados com os recursos governamentais, suscitou a proposta para um estudo na região sul do Amapá, tradicionalmente extrativista e atualmente sobre o controle e a influência de um grande projeto, o Projeto Jari.

ESTADO CAPITALISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS
(ESTADO BRASILEIRO, PROCESSO DE OCUPAÇÃO CAPITALISTA E
EXTRATIVISMO DE BORRACHA NA AMAZÔNIA). 1992. 486 p.

Autor: *José Fernandes do Régio*

Orientador: Fernando Garcia de Oliveira

O Estudo visa compreender o Estado Brasileiro de políticas ilustrado com as formas de Estado pós-trinta e as políticas de desenvolvimento da Amazônia e relativas à borracha natural no período 1964/1985. O trabalho parte de uma reflexão teórica sobre o conceito de Estado Capitalista e o modo de constituição das políticas públicas, a partir das principais correntes de interpretação. As teorias burguesas e certas correntes marxistas estão presas à concepção do Estado Capitalista como uma essência. O Estado ora é apresentado como sujeito, ora como objeto, no contexto de uma visão individualista quanto classista da sociedade. No primeiro caso, o Estado tem absoluta autonomia, e, no segundo, carece de qualquer independência perante as classes dominantes. De um lado, impera o autonomismo, de outro, o reducionismo. As transformações do Estado Brasileiro pós-30 fundamentam-se nas modificações das relações de produção, do campo da luta de classe e nas defasagens desses domínios depois da ascensão do capital industrial concorrencial a dominação na estrutura econômica. O processo de ocupação econômica ideológica da Amazônia tem sua reciprocidade determinada pela dinâmica da acumulação, da luta de classe e da forma do Estado no Brasil pós-64.

OS TRABALHADORES RURAIS DO SETOR CANAVIEIRO
DO BREJO PARAIBANO. 1993. 254 p.

Autor: *Romildo dos Santos Silva*

Orientador: Norma Montalvo de Soler

Neste trabalho abordaremos o conjunto de aspectos que mostram a evolução recente das condições de vida e o trabalho dos canavieiros do brejo paraibano, de forma específica apresentam-se as condições de vida da família canavieira; avalia-se a evolução dos salários e as situações em que ocorrem as perdas salariais. Por outro lado, aborda-se a questão da crise do setor canavieiro e seu impacto nas condições de trabalho do canavial. O estudo destas questões nos permite mostrar que no mínimo 76% dos trabalhadores da cana ganham menos que 1 salário mínimo. Esta situação de baixos salários se agrava se considerada as diversas modalidades em que acontecem as perdas salariais, que alcançam níveis bastante significativos. Por outro lado, explicita-se o nível de desgaste dos canavieiros que estão inseridos no mercado de trabalho em crise de oferta de emprego, com uma média de 6,6 meses trabalhados por ano, sem proteção legal quanto aos equipamentos de trabalho, transporte adequado e a grande maioria sem direitos aos benefícios sociais, não só porque 62% não tem carteira de trabalho assinada, senão porque ante a realidade o trabalhador abdica dos seus direitos para permanecer no emprego. Finalmente, as considerações acima mencionadas nos faz entender que 3/4 das famílias canavieiras se reproduzem bem abaixo no nível da mera sobrevivência física e sem condições de trabalho.

A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA:
UM ESTUDO DO PENSAMENTO ECONÔMICO
BRASILEIRO. 1993. 170 P.

Autor: *Rosilene Dias Montenegro*

Orientador: Robério Ferreira dos Santos

A ideologia da modernização da agricultura: um estudo do pensamento econômico brasileiro e uma análise do contexto histórico em que surge a concepção de modernização, como essa concepção se transforma num conceito analítico, o qual passa a ser utilizado pelas importantes linhas do pensamento econômico mundial: da marxista à neoclássica.

Verifica a fundamentação epistemológica do conceito de modernização, para então apreender a sua derivação para modernização da agricultura, analisando as principais características dessa concepção de modernização da agricultura em três importantes escolas do pensamento econômico brasileiro: a neoclássica, a cepalina e a escola de Campinas. O objetivo é perceber como a produção teórica-econômica foi influenciada por essa concepção de modernização da agricultura e como, a partir daí, contribui para o processo de modernização da agricultura brasileira e qual a sua relação com as conseqüências desse processo. Assim como, realizar uma crítica à idéia de inexorabilidade do modo-de-produção capitalista, que compreende a modernização da agricultura como algo inevitável e necessário e que perpassa todas as linhas do pensamento econômico em estudo, conclui-se que o fundamento epistemológico das visões de modernização da agricultura estão inseridas, em geral, numa mesma visão de mundo e apontam para uma concepção de desenvolvimento econômico para a agricultura baseado na inovação tecnológica, ou seja, da modernização da agricultura.

AS INTERPRETAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO-SUBDESENVOLVIMENTO:
PERSPECTIVA E REALIDADE. 1993. 87 p.

Autor: *Waldir Pedrosa de Amorim*

Orientador: Jurandir Antônio Xavier

O objetivo desta dissertação é mostrar as diretrizes básicas da análise transicional e da escola cepalina sobre a temática do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Para a análise transicional, todos os países e povos devem percorrer as mesmas etapas de desenvolvimento, ou seja, a sociedade tradicional, as condições para o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. Modernizar-se consiste em efetuar a transição da sociedade tradicional para a era do consumo em massa. Qualquer país pode ser enquadrado numa destas etapas. E, então, implementar esforços a fim de atingir as etapas posteriores. Já para a escola de palina, as idéias básicas partem do pressuposto que no intercâmbio internacional reside a fonte alimentadora de todo o processo de desenvolvimento. Para tal, os países subdesenvolvidos devem possuir competência para bem administrar o intercâmbio com o exterior. É de fundamental importância contar com a boa vontade dos países desenvolvidos para promover o desenvolvimento. Assim, o subdesenvolvimento é definido em termos de intercâmbio com o exterior. Obter-se sucessivos êxitos neste intercâmbio é decisivo para superar as características do subdesenvolvimento. Assim, fica comprovado que as perspectivas apregoadas pela análise transicional e pela escola cepalina, estão muito distantes da realidade vivenciada pelos países subdesenvolvidos.

GRANDES PROPRIEDADES FINANCIADAS PELO
FINOR - AGROPECUÁRIO NO PIAUÍ:
ANÁLISE DOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS. 1993. 189 p.

Autor: *Maria do Socorro Lira Monteiro*

Orientador: _____

O objetivo geral deste trabalho é investigar os impactos sócio-econômicos dos grandes projetos financiadores pelo FINOR-AGROPECUÁRIO no Piauí, particularmente nos projetos implantados na região sudoeste do Estado até o ano de 1984. partindo-se do referencial teórico, analisa-se o FINOR-AGROPECUÁRIO, que tem por filosofia modernizar a agropecuária piauiense através da inserção no setor rural do Estado. Portanto, os grandes empresários, atraídos pelo volume de recursos públicos concedidos pela SUDENE, procuram adquirir vastas extensões de terras e preços baixíssimos. De posse dessas grandes propriedades, terão de optar entre as diversas alternativas de sua valorização. A análise dos dados secundários e estimados, comparados com os obtidos na pesquisa de campo sobre a estrutura fundiária, indicadores econômicos de modernização, nível de emprego, condição do produtor e produção global, esclarece o papel desempenhado pelas grandes propriedades financiadas pelo FINOR-AGROPECUÁRIO no Estado,. Com relação à estrutura fundiária, constatou-se que os projetos favoreceram o aprofundamento da concentração da terra. Os projetos agropecuários financiados pelo FINOR consolidaram, por fim, na condição de produtor das grandes propriedades o proprietário da terra. Concluiu-se, conseqüentemente, que apenas a inserção de capital não é suficiente para modernizar a agropecuária piauiense.

UMA CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA CATARINENSE. 1993. 330 P.

Autor: *Ido Luiz Michels*

Orientador: Jurandir Antônio Xavier

O Estado de Santa Catarina é considerado nacional e mesmo internacionalmente, como um modelo em relação à sua lógica de desenvolvimento. Existem de fato, diversas regiões produtivas, não há grandes concentrações urbanas, bem como, uma significativa diversificação produtiva. Tais aspectos estruturais são comumente explicados, basicamente pela existência de imigrantes europeus em Santa Catarina, desconsiderando as múltiplas variáveis de um Estado que se insere no contexto capitalista internacional. Basicamente esta dissertação objetiva analisar as principais interpretações sobre o desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina, criticando-as, pela exclusão em suas interpretações, da intervenção do Estado e da super-exploração do trabalho, no processo de acumulação de capital em Santa Catarina. Neste sentido, analisa-se obras e autores, definindo-as em matrizes interpretativas, fazendo-se em seqüência a cada matriz, a crítica à interpretação, dada a omissão das variáveis, estado e super-exploração do trabalho, no processo de geração e distribuição de riquezas em Santa Catarina. Portanto, o enriquecimento privado e o empobrecimento social, existe em Santa Catarina, tem como fundamentos a intensa intervenção estatal e também intensa super-exploração do trabalho, contrariamente ao que afirmam a burguesia catarinense e seus ideólogos.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO
(FAMILIAR) MODERNIZADA (O CASO DO PERÍMETRO IRRIGADO DE
SÃO GONÇALO-PB). 1993. 184 p.

Autor: *Cláudia Nascimento de Queiroz*

Orientador: Paulo Ortiz Rocha de Aragão

Este trabalho tem como objetivo analisar a existência ou não, de uma compatibilização entre as ações declaradas de melhoria de padrão de vida das populações beneficiárias de um projeto de irrigação pública e resultados, efetivamente, encontrados em uma experiência concreta, os estudos de viabilidade sócio-econômica dos referidos projetos tomam por base, parâmetros convencionais (relação benefício-custo, taxa interna de retorno, estimativa de custos, entre outros), restringindo-se a aspectos estritamente quantitativos, sem se preocupar muito com as implicações sociais das mudanças ocorridas sobre o grupo social envolvido. Procurou-se analisar o processo de transformação social em perímetros de irrigação pública, através de ampliação do universo analítico, sob uma ótica que contemplasse as expectativas criadas pelo grupo beneficiário. Para a realização da análise pretendida, a atenção foi concentrada em um estudo de caso. O projeto de São Gonçalo, no semi-árido paraibano foi a área escolhida como locus da pesquisa de campo. São Gonçalo é um perímetro com duas décadas de existência e que apresenta características comuns aos demais projetos públicos: colonização com base no assentamento familiar e organização de produtividade em cooperativa de produção. As iniciativas e lideranças entre os produtores frente a cooperativa, evidenciam o processo de transformações sociais em curso, no projeto São Gonçalo.

UM SISTEMA DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES RURAIS
ADAPTADO À PEQUENA PRODUÇÃO DA REGIÃO DE
MASSAROCA - JUAZEIRO/BA. 1993 260 P.

Autor: *Pedro Carlos Gama da Silva*

Orientador: *Robério Ferreira dos Santos*

Avalia-se a experiência de um sistema alternativo de financiamento das atividades rurais, para os pequenos produtores da região semi-árida do Nordeste brasileiro, como instrumento de desenvolvimento local. O tema é examinado visando: estudar a evolução e a organização do sistema de financiamento; avaliar as atividades financiadas; avaliar as conseqüências dos financiamentos sobre os sistemas de produção dos produtores; e estudar a exequibilidade do sistema de financiamento proposto. A experiência é avaliada no seu terceiro ano de funcionamento junto aos pequenos produtores da região de Massaroca, município de Juazeiro(BA), onde ressaltam-se o grande número de ajustes e adaptações que são necessários a um sistema de financiamento para torná-lo acessível a esta categoria de produtores e a flexibilidade das modalidades de financiamento, oferecendo, a este público, o apoio financeiro às diversas oportunidades de exploração dos recursos produtivos disponíveis. Finalmente conclui-se que a inovação de um sistema de financiamento, contando com uma participação efetiva dos produtores, e um instrumento iniciativo das dinâmicas de desenvolvimento local e pode constituir-se num componente importante de apoio às políticas de desenvolvimento rural regional.

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO SISAL: DA INTEGRAÇÃO À DESESTRUTURAÇÃO INTEGRADA. O CASO DA BRASCORDA S/A NA MICRORREGIÃO DO CURIMATAÚ PARAIBANO. 1993. 159 p.

Autor: *Leiliam Cruz Dantas*

Orientador: Ivony Lúcia Monteiro Saraiva

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento de um aglomerado específico, que faz parte do complexo agroindustrial do sisal, e os efeitos sócio-econômicos de sua atuação sobre os agentes sociais no ramo sisaleiro da microrregião do curimataú paraibano, no período de 1984 aos dias atuais. Nesse período, a BRASCORDA S/A adotou formas diversas de gestão de sua produção de manufaturados de sisal. Num primeiro momento, internalizou todas as atividades ligadas a este ramo produtivo da produção agrícola e a produção de equipamento para a agricultura sisaleira, além do beneficiamento industrial da fibra de sisal. Diante da performance desse grupo empresarial, em particular, constatou-se que as articulações entre agricultura e indústria no complexo agroindustrial do sisal são completas, existindo tanto para frente (agricultura e indústria processadora de produtos agrícolas) quanto para trás (agricultura e indústria de insumos para a agricultura). No caso da BRASCORDA, estas ligações ocorrem no interior do próprio estabelecimento, o que comprovou sua atuação como um conglomerado agroindustrial. Num segundo momento de periodicidade do trabalho, verificou-se que a empresa adotou novas estratégias de atuação, quando procedeu a "terceirização" do beneficiamento industrial da fibra de sisal, atividade que faz parte do próprio processo de seus manufaturados.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA
DOS ARRENDATÁRIOS DO DNOCS DO AÇUDE DE BOQUEIRÃO-PB,
1993. 175 p.

Autor: *Givaldo Hipólito Dantas*

Orientador: José Heleno Rotta

O objetivo desta pesquisa é o estudo das estratégias de sobrevivência adotadas pelos arrendatários das terras públicas pertencentes ao DNOCS e a forma de organização e escoamento da produção agrícola realizada por estes arrendatários, distribuídos em lotes, as margens do açude do município de Boqueirão em decorrência da construção da represa. Procura-se demonstrar que, devido às potencialidades da área, privilegiada com água em abundância em uma região semi-árida, em contraposição com as precariedades das intervenções do Estado na esfera produtiva, os arrendatários dos lotes, diante das suas condições de vida e trabalho, empreendem estratégias de sobrevivência, onde o subarrendamento da posse da terra em dinheiro a produtores capitalistas se destaca como a principal.

CEPAL: IDEALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO. 1993.

Autor: *Sebastião Pinto*

Orientador: Jurandir Antônio Xavier

O presente trabalho visa, por um lado, sistematizar três tendências básicas dispersas em vários documentos, do pensamento oficial da CEPAL, a saber: o desequilíbrio externo, o desemprego da força de trabalho e a deterioração dos termos de intercâmbio, buscando ainda identificar as proposições de política econômica daquele organismo. A referência básica são os documentos originais da CEPAL, notadamente aqueles desenvolvidos pela PREBISCH e seus colaboradores, ao longo dos anos cinquenta. Por outro lado, o trabalho faz uma crítica da referida escola, a qual é chamada de capital-desenvolvimentista. Esta crítica tem caráter amplo, dirigida fundamentalmente à apreensão dessa escola acerca do capitalismo historicamente constituído na América Latina que, embora formalmente reconhecido num primeiro momento, é negado em outras situações.

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR LEITEIRO
COOPERATIVISTA GAÚCHO (1976/1992):
O MODELO CCGL. 1994. 353 p.

Autor: *Roberto Macagnam*

Orientador: Robério Ferreira dos Santos

Esta dissertação se propõe a estudar o processo de desenvolvimento do setor leiteiro cooperativista gaúcho, no período 1976/1992, tendo por base o modelo CCGL, identificando e interpretando os elementos fundamentais que determinaram a organização e desenvolvimento do modelo organizado pelas cooperativistas empresariais de trigo e soja, buscando fornecer uma alternativa de renda aos seus associados. Trabalha-se com duas hipóteses, sendo que a primeira é de que o desenvolvimento do setor leiteiro cooperativista, do Rio Grande do Sul, constitui-se num processo específico de acumulação, concentração e centralização de capital. A segunda é de que a organização, reprodução e desenvolvimento do modelo CCGL, provocou processos diferenciados de desenvolvimento, onde alguns produtores e cooperativistas ampliaram e viabilizaram a produção de leite, tornando-a uma alternativa econômica, enquanto outros abandonaram a produção. Na primeira parte, compondo os capítulos I e II, são abordadas as especificações do modelo. A segunda parte, composta dos capítulos III, IV, V e VI, são apresentados os elementos fundamentais de constituição e desenvolvimento do modelo. Na conclusão, busca-se resgatar os principais elementos que contribuíram para o entendimento da organização e desenvolvimento do modelo como um todo, bem como dos três agentes participantes: a CCGL, as cooperativas singulares e os produtores.

ASSENTAMENTOS COLETIVOS E RESISTÊNCIA AO FLAGELAMENTO
NO SEMI-ÁRIDO CEARENSE:
O CASO DA FAZENDA VICTORIA, 1994. 203 p.

Autor: *José Lima Castro Júnior*

Orientador: *Robério Ferreira dos Santos*

No Ceará, durante as secas, o flagelamento e expressão do desenvolvimento capitalista, sendo ainda afastamento de trabalhadoras da terra e entrada no mercado da força-de-trabalho, ao mesmo tempo que também expressa a fragilidade do pequeno burguês agrário (na figura do dito pequeno produtor que também vai as frentes da emergência). Nas 208 páginas dos quatro capítulos deste trabalho, de caso ilustra-se que assentados não se afastaram da terra e nem venderam sua força-de-trabalho, quando da maior seca do século (1993). A natureza coletiva do assentamento vitória, no qual existem explorações auxiliares, além de fornecer elementos de uma cooperativa de produção agropecuária, embora que parcial, constituiu o assentado: pela união de trabalhadores aos meios de produção conquistados pela união da natureza de sem-terra dos trabalhadores a natureza agroecológica das terras conquistadas, levando em conta a capacidade de uso da terra situadas no semi-árido; e sendo montada uma fazenda com uma infraestrutura coletiva. O assentamento coletivo e a resistência ao flagelamento constituíram a figura do assentado, que resistiu ao flagelamento e não apresentou-se como pequeno produtor, dando a lição de que a seca, a fome, a miséria, enfim, a opositividade, riqueza e pobreza são superáveis. A produção do assentado é medida pelo trabalhador cooperado e retribuído em proporção à contribuição de cada assentado.

COLETIVOS NA LUTA E NO TRABALHO: O CASO DO ASSENTAMENTO DE NOVA RAMADA EM JULIO DE CASTILHOS-RS. 1994. 138 p.

Autor: *Sérgio Alfredo Massen Prieb*

Orientador: Fernando Garcia de Oliveira

Com a crise da pequena produção agrícola do Rio Grande do Sul, principalmente a partir dos anos 50-60, os agricultores com pouca ou nenhuma terra passam a organizar-se em movimentos no sul do país na luta pela reforma agrária, culminando no final dos anos 70, com o surgimento do Movimento dos Agricultores sem Terra (MST). Depois de muitas conquistas obtidas através de ações como ocupações de terra e acampamentos, o MST passa a desenvolver formas alternativas de exploração da terra nos assentamentos, com a experiência coletivista. A cooperativa de pequenos agricultores de Nova Ramada é um dos mais expressivos exemplos desta nova forma de organização da produção rural. Desta forma, estudando a experiência do assentamento Nova Ramada, faz-se uma comparação entre a qualidade de vida que os produtores de Nova Ramada (tanto coletivos como individuais) possuíam, antes de serem sem-terra, com a sua atual condição de assentados. Além disso, faz-se uma comparação entre o nível produtivo de hoje e de qualidade de vida entre os assentados coletivos e os individuais de Nova Ramada.

A PECUÁRIA LEITEIRA NO ESTADO DA PARAÍBA:
A DESCAPITALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO
NA BACIA LEITEIRA DE CAMPINA GRANDE. 1994. 233 p.

Autor: *José Erinaldo de Sousa*

Orientador: Norma Montalvo de Soler

Nessa trabalho se analisa a pecuária leiteira no Estado da Paraíba, tendo-se como locus de estudo a bacia leiteira de Campina Grande, como área de maior concentração da produção de leite na Paraíba. Ao abordar a dinâmica da pecuária bovina paraibana, desde meados dos anos 60 até fins dos anos 80, tenta-se explicitar a intervenção estatal nesse ramo de atividade. Nesse sentido, são enfatizados os estímulos oficiais através do crédito subsidiado, por meio de diferentes instrumentos que serviram como canalizadores dos recursos oficiais destinados a impulsionar o desenvolvimento da pecuária regional e paraibana. Analisando-se a bacia leiteira de Campina Grande, dar-se ênfase à organização social na pecuária leiteira, identificando-se os diferentes grupos ou frações de produtores. Fundamentalmente, explicita-se as condições de reprodução da pequena produção familiar como uma categoria preponderante no ramo da produção leiteira paraibana. Nestes termos, a partir da natureza do processo de produção imediato, concebe-se a especificidade do pequeno produtor familiar leiteiro. Tentando-se determinar o conteúdo da articulação do pequeno produtor familiar leiteiro à rede de comercialização do leite, se evidencia que esse produtor está vinculado ao mercado capitalista tanto através da venda de sua mercadoria-leite, quanto como comprador dos meios de produção e sobrevivência que ele não produz.

O ESTADO-PRODUTOR DE PETRÓLEO E AS
TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE
NOS ANOS 80. 1994. 144 p.

Autor: *João Rodrigues Neto*

Orientador: Robério Ferreira dos Santos

O objetivo desse estudo foi analisar o papel do Estado no processo de transformações da economia do Rio Grande do Norte, na década de 80, destacando a intervenção do Estado frente às especificidades econômicas e sociais do setor petrolífero. A partir do referencial teórico resgata, historicamente, a tentativa de ajuste da economia brasileira na década de 80, precedido da análise dos períodos do milagre brasileiro-1968/73 e da aceleração do endividamento externo do Brasil-1974/80, com ênfase para a questão do petróleo. Destaca o desenvolvimento e o crescimento do setor petrolífero brasileiro, naqueles períodos, e de que forma esse desempenho reflete na atividade produtiva do Rio Grande do Norte. Constata que a presença do Estado, no Rio Grande do Norte, foi marcante como produtor, na implantação da indústria extrativa de petróleo e gás natural, e como fomentador de investimentos nos setores agricultura e serviços, capaz de transformar a base produtiva e econômica e criar alternativas para o surgimento de novas atividades ligadas ou não ao setor petrolífero como resultado da pesquisa empírica-teórica, foi concluído que o papel do Estado foi preponderante nas transformações e no desempenho da economia do Rio Grande do Norte, na década de 80, e mostra que o crescimento da economia estadual — PIB — ficou acima da média no Nordeste do Brasil.

MODERNIZAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO:
PERÍMETROS PÚBLICOS IRRIGADOS COMO EXPERIÊNCIA DE
TECNIFICAÇÃO DO PRODUTOR FAMILIAR, 1994.

Autor: *Carlos Alberto Bastlio*

Orientador: *Robério Ferreira dos Santos*

Os processos de monopolização no movimento do capital e as correspondentes modernizações das sociedades capitalistas vão se constituir na tendência dominante do pós-guerra. Assim é que o capital industrial internacionaliza-se ganhando o mundo com seus processos modernizantes, notadamente tecnológicos, e também com suas características inerentes de concentração econômica por um lado e exclusão/marginalização social por outro. Ainda mais, essa internacionalização significa o deslocamento do lugar da produção de valor que, nos países periféricos, vai acontecer de modo mais intensivo em seus aspectos de apropriação e expropriação. A modernização agrícola, no Brasil, foi uma exigência do capital multinacional industrial/financeiro instalado no país e que moldou a forma de capitalismo dependente. Assim, o processo de modernização agrícola foi a forma mais compatível com o modelo capitalista dependente implantado. Essa modernização também penetrou no país sob a forma de uma intervenção planejada pelo estado brasileiro capturado e instrumentalizado por métodos tecnocráticos tão a gosto do capitalismo monopolista. A tecnificação de pequenos produtores familiares através de projetos de irrigação foi uma das ações do Estado em que mais acentuou a exclusão e a proletarização de pequenos produtores em detrimento da ascensão dessa categoria ao clube dos novos pequenos empresários.

COOPAIL: UMA EXPERIÊNCIA NO CAMPO DA
COOPERAÇÃO, 1994. 208 P.

Autor: *Santo Reni dos Santos Florão*

Orientador: Jurandir Antônio Xavier

A COOPAIL (Cooperativa de produção agropecuária Itaíba Ltda.), fundada em 1990 é composta de 14 famílias de pequenos produtores rurais, situada no assentamento da Fazenda Itaíba, nos municípios de Ibiruba e Cruz Alta, na região norte do Estado do Rio Grande do Sul. O caráter peculiar dessa cooperativa está na sua forma organizacional. As famílias de cooperados centralizaram os recursos existentes sob a gestão da cooperativa. Através da gestão participativa, estruturou-se uma matriz produtiva diversificada com industrialização interna de suínos, vassoura de palha, e comercialização do excedente nas feiras livres da região e entrega a domicílio. A COOPAIL, nos seus 4 anos de existência está conseguindo através da cooperação efetiva de seus cooperados gerar trabalho e meios de reprodução a essas famílias no próprio local de origem, evitando que esses produtores rurais migrem ou abandonem sua atividade econômica. Em nossa pesquisa constatamos também que existem fatores diferenciados internos, que por sua vez estão relacionados diretamente com a situação originária de cada sócio. Após sua constituição, a COOPAIL desenvolveu um sistema de participação igualitária em todos os níveis. Entendemos ser as diferenciações existentes inerentes ao próprio sistema capitalista em que insere-se, no mais julgamos ser uma experiência válida em sua plenitude.

EVOLUÇÃO RECENTE DA RIZICULTURA EM
MELEIRO E TURVO - SANTA CATARINA. 1994. 155 P.

Autor: *Orlando Oscar Rosar*

Orientador: João Otávio Paes de Barros Júnior

Analisa-se as transformações ocorridas na rizicultura dos municípios de Meleiro e Turvo durante a década de 80, com a implantação do Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas. Desde o processo de colonização dos dois municípios, a atividade agrícola desenvolvida foi baseada no trabalho familiar, em propriedades que possuíam normalmente 25 hectares. Dentre as diversas atividades agrícolas da região, a cultura do arroz sempre se destacou como uma das culturas de maior valor comercial praticada pelos imigrantes italianos e seus descendentes. No início da década de 70, com a melhoria do sistema de transporte entre a região sul de Santa Catarina e o Estado do Rio Grande do Sul, os rizicultores dos dois municípios passaram a enfrentar dificuldades para comercializar a produção a nível local. Essas mudanças, provocadas pelas políticas públicas destinadas a agricultura, permitiram que durante a década de 80 os rizicultores dos dois municípios se colocassem frente aos engenhos beneficiadores como produtores de matéria-prima de qualidade capaz de suprir o abastecimento local. Destacou-se no estudo as cooperativas de irrigação e comercialização, envolvendo corretoras de mercadorias, como forma de organização dos produtores frente aos capitais que controlavam as estruturas de produção e comércio do arroz.

FABRICA DE ILUSÕES - O CASO DOS PEQUENOS PRODUTORES
DE FUMO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS. 1995, 111pp.

Autora: **Rita Ines Oauli Prieb**

Orientadora: Norma Montalvo de Soler

O Município de Santa Cruz do Sul, RS, e o cenário onde se estabelece o sistema de integração agricultura industria. As peculiaridades de tal realidade levaram-nos a estudar a transnacionalização e a agroindustrialização, a industria do fumo Souza Cruz e a formação de Santa Cruz do Sul, como pano de fundo, para não distanciarmos da dinâmica geral do grande capital e de sua penetração no meio de Santa Cruz do Sul. A partir da abordagem geral do desenvolvimento daquela comunidade rural, este estudo define a interpretação. A atualidade pela qual passa a pequena produção fumageira subordinada indiretamente ao capital, neste caso, a pequena produção fumageira de Santa Cruz do Sul subordinada ao capital da Souza Cruz, enfatizando a estrutura e os mecanismos que o alimentam a integração e os principais problemas que enfrentam neste processo de agroindustrialização.

DIFERENCIAS DE RENDA E DE SALÁRIOS: UMA OBSERVAÇÃO .
DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA. 1995, 122 PP.

Autora: Isabel Lausanne Carneiro Mota

Orientador: Clodoaldo Roque Dallajustina Bortoluzi

Neste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica envolvendo as principais teorias da administração do trabalho, contando com um discreto estudo de caso envolvendo a Região Metropolitana de Fortaleza. O trabalho norteou-se pelo estudo dos diferenciais de salários, através de quatro variáveis: sexo, idade, grau de escolaridade e origem do indivíduo. A cada uma destas coube um estudo teórico e por fim uma análise econométrica envolvendo três tipos de regressões: uma entre a variável dependente salário e as variáveis independentes idade e escolaridade, nas formas linear e exponencial e outra da variável dependente com a variável qualitativa sexo, utilizando-se para isso variável binária interesse quanto a descrição teórica e análise econométrica foi tornar evidente o grau de significância entre a variável diferenciais de salários e cada uma das variáveis descritas. Entendemos que a origem do indivíduo, a idade e a escolaridade representaram fortes indicadores de diferenciação de salário. Sendo assim, damos por positiva a observação deste trabalho, que deixa, obviamente, indicadores para trabalhos futuros.

A CONTROVÉRSIA DAS INTERPRETAÇÕES E O MOVIMENTO DE
REPRODUÇÃO DA AGRO-PECUÁRIA BRASILEIRA
NA DÉCADA DE 1980. 1995. 130PP.

Autor: *João Claudino Tavares*

Orientadora: Maria Lúcia Gonçalves de Carvalho

A Controvérsia das interpretações e o movimento da reprodução da agro-pecuária brasileira na década de 1980 busca analisar o movimento de reprodução da agro-pecuária brasileira, procurando identificar e interpretar as especificidades e contradições desde a perspectiva do ciclo de valorização do capital. Analisa-se o movimento concreto experimentado pelo setor agro-pecuário brasileiro na década de 1990 a partir da teoria dos ciclos econômicos. Ao mesmo tempo confronta este movimento com as interpretações correntes. Não obstante, identifica-se aí que o processo no período foi marcado por uma crise, crise de valorização que não é percebida pelos autores porque fixam suas análises ora no ciclo do capital-mercadoria ou no ciclo do capital-produtivo mas não no ciclo do capital-dinheiro que explicita valorização última do capital.

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS:
OS CENÁRIOS QUE NÃO ESTAVAM NO PLANO.

CAMPINA GRANDE, UFPB, 1996, 142PP.

Autor: *Francisco de Assis Povoas Pereira.*

Orientador: *Robério Ferreira dos Santos*

O objetivo deste trabalho foi apontar e discutir algumas situações — denominadas, cenários — que na combinação dos acontecimentos e no confronto da realidade regional, nacional e internacional, podem vir a se constituir em entraves para o alcance da proposta de desenvolvimento presente no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Tocantins, que se pretende socialmente justa na razão direta do crescimento econômico. Discute a formação do Estado, ressaltando o desenho fundiário como reflexo dos interesses da expansão do capital, numa região de fronteira agrícola fortemente influenciada por políticas federais. Apresenta o plano procurando destacar a sua orientação na trajetória desenvolvimentista centrada no setor agropecuário. E observando elementos que emolduram os cenários (o papel do Estado como principal ator no processo; a estrutura agrária; a Reforma Agrária; a tecnologia; a globalização, dentre outros) no âmbito da realidade do plano e de seu objetivo maior — desenvolvimento sustentado e socialmente equilibrado —, mostra que estes mesmo cenários podem se constituir em contra-pontos para eles mesmos.